

O fato e a arte de regionalizar*

Theo Soares de Lima**

Geógrafo, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

O livro **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**, de Rogério Haesbaert (2010), professor de Geografia da Universidade Federal Fluminense, trata de um tema que é caro ao autor desde os tempos de mestrado. Conjuntamente com o conceito de região, Haesbaert tem analisado as questões sobre redes e (des)territorialização. Seu grande conhecimento nessas áreas fica evidenciado pelas amplas referências bibliográficas que constam no livro. Por uma questão de praticidade, esta resenha versará sobre os cinco capítulos da obra: a **Introdução, A Trajetória do Debate Sobre Região e Regionalização, A Região Como Artefato, A Região Numa Constelação de Conceitos** — em que são abordados espaço e território —, e as **Considerações Finais**.

Introdução

O autor apresenta a discussão no sentido de referendar, ou não, a importância do regional no mundo contemporâneo, tão fortemente dotado de processos globalizadores. Respondendo ao próprio questionamento,

* Resenha do livro HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Artigo recebido e aceito para publicação em maio 2014.

Revisora de Língua Portuguesa: Elen Jane Medeiros Azambuja.

** *E-mail*: theo_sl@hotmail.com

Haesbaert (2010, p. 10) diz ser impossível tratar do primeiro sem tratar do segundo, e vice-versa, de forma indissociável ou indiscernível. Aqui há uma primeira questão importante abordada no livro, já que um olhar mais superficial poderia defender uma totalidade “absolutista” para a globalização (implicando uma escala única de acontecimentos), ou uma conexão reticular entre local-global, não havendo mais mesoescalas ou regiões, apenas redes (nesse caso, as escalas estariam reduzidas a uma dualidade). Ambas as visões são simplórias, pois é impossível evidenciar o “absolutismo” dos processos globais, o que impediria afirmar que existem processos antiglobalizadores, contraglobalizadores ou a favor de outra globalização. Do mesmo modo, não é possível suprimir a escala regional, que, por sua vez, é múltipla. Os capítulos decorrem da tentativa do autor de defender sua posição, mas, para isso, é preciso começar do início, ou seja, da trajetória do debate.

1 Região e regionalização

Haesbaert começa situando seu debate no âmbito da globalização: como a região, por um lado, parece perder força frente a esse processo “maior” e como, por outro, parece ressurgir exatamente por causa dele. No entanto, mais importante é sua constatação sobre como a região está presente num dos mais emblemáticos embates dentro da ciência geográfica: suas funções nomotéticas e/ou idiográficas, ou seja, de produzir teorias e leis gerais e/ou de descrever o empírico. Vale destacar-se, também, a importância do conceito de região para outras ciências e dos diversos autores contemporâneos, da década de 80 à primeira década dos anos 2000, que trabalharam com tal conceito para provar a ressurgência e a importância do debate regional.

Essa primeira parte contém quatro pontos internos, brevemente abordados a seguir. O primeiro é a polissemia do conceito, mostrada, inicialmente, através de definições do dicionário, para, a partir daí, começar uma das questões essenciais que permeia o livro: a relação entre região como realidade empírica e como ferramenta analítica do pesquisador. Essa reflexão é importante, pois implica entender o território como campo das práticas sociais, relegando a região a um papel meramente instrumental. Nesse sentido, o autor lembra, de início, que o termo “região” vem da raiz *regere*, que remete a uma área de comando. Assim, não se poderia atribuir estritamente ao território as análises sobre poder, ou seja, como sendo o conceito que aborda e explicita as práticas conflituosas da sociedade. Regionalizar é “[...] o poder de recortar, de classificar e, muitas vezes, de nomear” (Haesbaert,

2010, p. 23). Por conseguinte, não se pode falar de região sem se abordarem os atos que lhe dão forma e conteúdo: os “processos de regionalização” (Haesbaert, 2010, p. 24) — independentemente, ainda, de se falar em predominância, ou não, do empirismo ou da intencionalidade para delimitá-la.

Para começar o desvendamento dos questionamentos já citados, entra o segundo ponto, em que Haesbaert (2010) trabalha desde a gênese até o período hegemônico da região dentro da Geografia: ele inicia por Ptolomeu e Estrabão, passa por Bernard Varenius e vai até os grandes clássicos geográficos, como Alexander Von Humboldt, Karl Ritter, Alfred Hettner, Carl Sauer, Richard Hartshorne e Vidal de La Blache. Este último, na perspectiva do autor, é o mais importante para o debate regional. Haesbaert mistura, assim, gregos, alemães, estadunidenses e franceses em diferentes momentos, em diferentes locais, com diferentes propostas. Todos, à sua maneira, pertinentes. São postos em evidência a amplitude e a larga história que compreendem o conceito de região, pois não é só a disputa epistemológica que está em jogo, mas o próprio objeto da disciplina. É nesse contexto que surgem perguntas como: a região é sua chave-mestra? Qual o método pelo qual se deve regionalizar: pela diferenciação ou pela classificação? Utiliza-se o indutivo, que agrega, ou o dedutivo, que divide?

A partir desse amplo leque de questões e autores já citados, é delineado o terceiro ponto, que aborda a morte e a vida da região, em uma alusão aos diversos métodos que acabaram por declarar o fim do debate regional e da importância da região, ao mesmo tempo em que o recuperaram posteriormente. Assim, são tratadas as perspectivas “neopositivista” (Haesbaert, 2010, p. 42), “marxista” (Haesbaert, 2010, p. 49) e o que o autor denomina “globalismo pós-moderno” (Haesbaert, 2010, p. 58), que é dividido em pós-estruturalismo e perspectivas neomodernas. Se antes o fenômeno regional “acabava se reportando basicamente à relação com o Estado, agora ele se coloca, sobretudo, frente às dinâmicas de caráter global, enfatizadas em diferentes níveis por essas abordagens” (Haesbaert, 2010, p. 90). Em termos de escala, como ressalta o autor, há a preocupação com o local e com o regional mesoescalar. Em sentido tradicional (a região é vista como posição intermediária entre grandes e pequenas escalas), mas também há a associação entre sociedade e natureza através das biorregiões. Também são revigorados os regionalismos pelos estudos de caráter identitário, cultural e, em especial, econômico.

O último ponto desse capítulo trata de um dos aspectos centrais do livro: o entendimento da região como situada entre realidade empírica e construção intelectual — a região como fato e como artifício. Conceber a região puramente como realidade empírica, um dado completamente positivado, implica dizer que a região está lá, como algo que estaria esperando por

ser delimitado, existente por si só, cabendo ao pesquisador apenas evidenciá-la, constatará-la, expressá-la. Por outro lado, um olhar radicalmente racionalista diria que a região é mero fruto da mente do pesquisador, uma proposição única e exclusiva dele próprio, independentemente da realidade material e, portanto, puro construto analítico.

Nenhuma perspectiva é realmente possível. Dotar o pesquisador de pleno poder seria solapar a complexa teia cotidiana que dá vida ao espaço. Por outro lado, atribuir estritamente à realidade empírica a condição da regionalização seria destituir o pesquisador de qualquer intencionalidade, ou seja, destituí-lo de sua condição de sujeito. Da mesma forma como o que acontece em outros momentos do livro, o autor traz uma gama enorme de perspectivas e de autores para tratar do tema, tendo em tal pluralidade a possibilidade de encaminhar sua proposição central: a região enquanto “artefato” (Haesbaert, 2010, p. 109).

2 Por uma outra regionalização

Primeiramente, é abordada a etimologia da palavra arte, do latim *ars*, que significa talento, saber fazer, ou seja, uma derivação do universo das técnicas, algo que é produto do domínio social, uma consequência do trabalho exercido sobre a matéria bruta, portanto, artificial. Assim, um artefato seria algo feito com arte, podendo ser tanto uma manufatura (objeto feito pela mão) quanto um mecanismo (máquina, instrumento). Essas constatações servem para corroborar a região como situada entre o fato e o artifício, uma conjunção entre o empírico e a intencionalidade da pena humana.

Em seguida, são trazidas questões sobre delimitações regionais a partir da perspectiva estatal, assim como do regionalismo que provém do vivido, situando o embate regional entre produção material e/ou simbólica e delimitação natural e/ou política.

Nessa parte, são retomados os pontos intercruzados nos pensamentos dos clássicos geográficos — em específico, La Blache, Sauer e Hartshorne —, para tratar da temática regional a partir do que lhe pode ser atribuído como característica:

[a] regionalização como processo de diferenciação espacial; [b] o caráter regional integrador; [c] o jogo entre a relativa estabilidade ou “fixidez” e a mobilidade ou “fluidez” da região; [d] a correspondência entre região e “mesoescala” (infranacional e supralocal) (Haesbaert, 2010, p. 123).

É através dessas quatro características que será feita, como diz o título do subcapítulo, a proposta de uma outra abordagem regional, que se estrutura por focar os processos de diferenciação espacial com base nas diferen-

ças de grau e natureza, partir dos processos de des-articulação espacial, focar a des-continuidade¹ das regiões e vincular-se às múltiplas escalas de poder num mundo global-fragmentado.

Todos os quatro pontos que estruturam a proposta de Haesbaert (2010) dizem respeito a entendimentos teóricos e metodológicos sobre o que é região, como evidenciá-la e como efetuar-la.

Regionalizar por diferenciação de grau de natureza é estar atento ao que é descontínuo, hierárquico/classificatório e ao que é contínuo, sem limites rígidos e, de certa maneira, irredutível.

A continuidade, de fato, marca os processos do movimento real, efetivo, enquanto a descontinuidade costuma ser prerrogativa de nossos instrumentos analíticos e/ou voltados para as práticas/políticas de reordenamento do espaço (Haesbaert, 2010, p. 131).

Regionalizar, partindo dos processos de des-articulação, tem o intuito de explicitar uma multiplicidade de questões, como o fato de que o mundo globalizado é feito não somente por meio de zonas, mas, também, de diversas formas reticulares, sejam elas as abstratas redes do sistema financeiro ou as concretas redes de um sistema rodoviário. Outra evidência trazida refere-se às diversas dimensões do espaço — política, econômica, cultural —, pois todas dizem respeito à temática regional. “Toda regionalização, em sentido amplo, trataria das formas de des-articulação entre esses distintos — mas inter-relacionados e concomitantes — processos [ou dimensões do espaço]” (Haesbaert, 2010, p. 138).

Regionalizar, focando a des-continuidade das regiões, é um ponto suscitado pela ideia de des-articulação, pois isso implica regiões conectadas que, entretanto, não são contíguas. Isso evidencia que não se tem mais — se é que houve algum dia — um mundo em forma de mosaico, no qual se poderia alcançar a totalidade através dos exaustivos compêndios das características de uma das partes que o formariam. As regiões seriam delimitadas por suas homogeneidades, o que implicaria, sempre, homogeneidades lineares, que, sucessivamente, completariam o quadro geral. Perceber a des-continuidade é admitir que uma região pode ter maior influência sobre uma localização antípoda do que propriamente sobre uma adjacente.

Regionalizar, vinculando-se à visão de múltiplas escalas, demanda reconhecer que “não é a escala que faz a região, mas a regionalização que define a escala a ser priorizada. Definir *a priori* uma escala cartográfica como escala ‘regional’ seria uma temeridade” (Haesbaert, 2010, p. 155).

¹ O uso do hífen em vez de parênteses, para dar a ideia de duplicidade simultânea, advém de sua utilização no original.

Em síntese, mesmo não criando uma teoria sobre a região ou um método em sentido estrito, a força da proposta de Haesbaert (2010) reside na elaboração de princípios para os quais se deve atentar, ao se regionalizar o espaço, por exemplo, ao ver-se, simultaneamente, a homogeneidade de uma extensão e a coesão funcional pelo que está conectado através de diferentes graus e escalas.

3 Uma constelação de conceitos

Na última parte, fica posta uma discussão entre espaço, território e região. A abertura do capítulo se organiza por uma ambientação e por uma retomada.

A ambientação chama a atenção para que, ao se trabalhar com um conceito, é necessário observá-lo dentro de uma constelação, ou seja, um conceito está sempre ligado a outros. Nesse sentido, eles devem possuir uma coesão interna, para que sejam, efetivamente, operacionais. É trazido o exemplo de Milton Santos, através de uma distinção que se tornou emblemática, entre paisagem e espaço, leia-se, entre forma e forma-conteúdo. O autor destaca que não é realmente importante o que pode deixar de açambarcar essa concepção de paisagem, mas sua coerência frente aos outros conceitos a partir dos quais o pensamento miltoniano vai ser edificado. A validade dessa abordagem fica posta pelo cuidado que se deve ter em não engessar os conceitos em uma descrição estanque, a ponto de eles não darem conta da complexidade dos fenômenos e, por conseguinte, perderem sua potência epistemológica.

A retomada, por sua vez, realiza-se através da história do pensamento geográfico, que, trançado com a questão das constelações conceituais, mostra ao leitor que a ambientação anterior, na verdade, corresponde à própria história das mudanças no objeto de tal ciência, evidente na multiplicidade de suas escolas. Assim, o que se necessita é de “uma constelação de conceitos filosoficamente coerentes” (Haesbaert, 2010, p. 178), diferenciando-os, sem distanciá-los a ponto de não se imbricarem ou de terem uma definição estanque e até mesmo pretensamente absoluta.

A partir disso, são abordadas as perspectivas associativas e dissociativas na compreensão de região e território. Aqui, retorna o que foi dito inicialmente sobre o entendimento da primeira, enquanto ferramenta analítica, e do segundo, enquanto espaço das práticas sociais. Conforme o que é defendido por Haesbaert (2010), ambos não podem ser a mesma coisa, porque suprimiriam um ao outro, mas, ao mesmo tempo, não podem ser extremos completamente diferenciados. Tanto é possível regionalizar um

território quanto é possível territorializar uma região. Encaminhando o debate, o autor propõe sua própria constelação conceitual. Enxerga, enfim, a região em um patamar intermediário — reiterando-a como mesoescala — entre a categoria mestra, o espaço e conceitos como território, lugar e paisagem. Pondera, em seguida, que cabe a cada investigador optar pelo sistema que possa dar conta do que pretende, consciente das implicações — os limites e as possibilidades — de tal escolha.

Considerações finais

O fechamento do livro retoma o trajeto percorrido, destacando os pontos mais significativos de cada parte e da temática como um todo. Ressalta a importância da região e da Geografia Regional frente a um mundo globalizado que, longe de arrasá-la, faz com que ressurgja revigorada, como constituinte intrínseca do próprio processo de globalização. O autor faz uma última defesa da região enquanto artefato, ressaltando sua importância como manifestação das práticas sociais e, por conseguinte, como possibilidade de empoderamento para novas relações espaciais.

Finalmente, para encerrar, nas próprias palavras do autor:

[...] a região pode ser vista como um “espaço-momento” cuja diferenciação resulta muito mais da efetiva articulação espacial em rede, complexa, amplamente aberta à transformação, cuja dominância em termos de densidade, disposição e dimensão espaciais (econômica, política, cultural ou “natural”) dependerá dos grupos sociais e do contexto geo-histórico em que estiver inserida. Enquanto espaço-momento, ela pode manifestar-se como um conjunto mais articulado ou integrado na leitura e/ou vivência de um grupo e não na de outro, colocando-se os sujeitos sociais, portanto, no centro da regionalização enquanto ação (também) concreta de diferenciação do espaço (HAESBAERT, 2010, p. 196).

